

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

EDUCATIONAL SERVICE SPECIALIZED IN THE DEVELOPMENT OF SKILLS AND
COMPETENCIES OF STUDENTS WITH DISABILITIES

Ana Lúcia de Azevedo Félix¹
Polliana Barboza²

RESUMO: A Educação é direito de todos, garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil. As pessoas com deficiência têm direito a uma educação que seja inclusiva, e esta traz diversos desafios para a escola e profissionais da educação. Com a finalidade de superar esses desafios e potencializar os aspectos que envolvem a educação inclusiva, foi implantado nas escolas públicas o Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizado no contra turno da sala de aula regular, como complemento e ou suplemento para a educação de estudantes com deficiência. A presente pesquisa teve o objetivo de analisar as contribuições do Atendimento Educacional Especializado para o desenvolvimento de habilidades e competências dos estudantes com deficiência. Foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória, e de procedimentos de coleta bibliográfica. Para tanto, a discussão se deu através de levantamento bibliográfico acerca do AEE. Como resultado, foi possível evidenciar que os atendimentos e recursos ofertados pela Educação Especial se configuram como promotores da inclusão escolar, os serviços e suportes especializados devem permear o ensino regular, como forma de melhorar o desenvolvimento das habilidades e competências dos estudantes com deficiência.

498

Palavras-chaves: Inclusão. Direito. Processos educacionais.

ABSTRACT: Education is everyone's right, guaranteed by the Constitution of the Federative Republic of Brazil. People with disabilities have the right to an education that is inclusive, and this brings several challenges for schools and education professionals. In order to overcome these challenges and enhance the aspects involving inclusive education, Specialized Educational Assistance (AEE) was implemented in public schools, carried out outside the regular classroom, as a complement and/or supplement to the education of students with disabilities. This research aimed to analyze the contributions of Specialized Educational Assistance to the development of skills and competencies of students with disabilities. Research with a qualitative approach, of an exploratory nature, and bibliographic collection procedures was carried out. To this end, the discussion took place through a bibliographic survey about AEE. As a result, it was possible to demonstrate that the services and resources offered by special education are seen as promoters of school inclusion. Specialized services and supports must permeate regular education, as a way of improving the development of skills and competencies of students with disabilities.

Keywords: Inclusion. Law. Educational processes.

¹Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University (VCCU). Licenciatura plena em filosofia pela Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE).

²Doutora em Ciências da Educação.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um grande desafio para a sociedade e as instituições de ensino. Neste contexto, é necessário garantir o acesso a uma educação de qualidade, a permanência e a participação de todas as pessoas nas atividades desenvolvidas pela escola. Para Ainscow e Ferreira (2003), a inclusão é um processo que visa apoiar a educação para todos e para cada criança no mundo, em que a escola deve ser vista como um espaço, onde todas as crianças e jovens têm lugar para aprender, adquirir conhecimentos e desenvolver-se enquanto pessoa. Deste modo, o presente trabalho fará um recorte da inclusão escolar relacionada às pessoas com deficiência e ao Atendimento Educacional Especializado.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de contribuir com a intensificação do debate acadêmico sobre a inclusão escolar das pessoas com deficiência, especificamente pela necessidade de adequar a educação, estrutura escolar e atividades sem ter que excluir essas pessoas do convívio escolar regular. Neste sentido, autores como Mantoan (2007) e Freire (2008), comungam do entendimento de que é necessário proporcionar uma educação igualitária e de qualidade para todos os estudantes.

Pensando na inclusão escolar das pessoas com deficiência é que apresentamos o Atendimento Educacional Especializado – AEE, elaborado pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva (2008), para complementar e/ou suplementar a educação dessas pessoas. Nesta direção, o objetivo da presente pesquisa é analisar as contribuições do Atendimento Educacional Especializado para o desenvolvimento de habilidades e competências dos estudantes com deficiência.

Nesta direção, o AEE é “um dos serviços prestados pela educação especial para atender aos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, que devem estar matriculados em escolas comuns do ensino regular” (Brasil, 2009, p.1). Para tanto, é através do AEE que são criados, desenvolvidos e implantados recursos pedagógicos e de acessibilidade, em busca da inclusão de todos os estudantes, com as diversas necessidades educacionais, no processo ensino-aprendizagem, buscando a promoção da autonomia e da independência do estudante na escola, na vida familiar e no mundo do trabalho.

Santana e Teixeira (2022, p. 1) destacam a importância do Atendimento Educacional Especializado em Escolas Públicas, principalmente pelo fato de que:

A educação especial se configura como algo essencial para garantir a equidade do aluno com deficiência, sendo assim, as instituições de ensino público, devem assegurar o acesso as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para

que o educando, consiga desenvolver as suas competências e habilidades normalmente, tendo em vista, que a educação inclusiva é um direito garantido pela Constituição Federal.

Neste sentido, a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, é essencial nas instituições de ensino, para se pensar na equidade do processo educacional dos estudantes com deficiência, como também para assegurar o acesso às salas de recursos multifuncionais, onde ocorre o Atendimento Educacional Especializado, pois a educação inclusiva é direito constitucional.

Ainda de acordo com Santana e Teixeira (2022, p. 1), “é de grande relevância a discussão desse tema na atualidade, para que alguns paradigmas ainda existentes sejam quebrados e também para entender melhor como acontece esse atendimento na rede pública de ensino”. Deste modo, as discussões acerca da educação especial na perspectiva inclusiva contribuem para o pensar de ações e estratégias no âmbito escolar, que minimize as barreiras, potencialize os processos educacionais das pessoas com deficiência, bem como possibilite a compreensão sobre como os atendimentos e os processos inclusivos ocorrem.

Neste viés, podemos evidenciar alguns problemas no entorno do objeto do estudo. Estes podem estar relacionados a falta da sala de recursos multifuncionais, onde acontece o Atendimento Educacional Especializado no ambiente escolar, como identificado na pesquisa realizada por Santos, Farias e Caraúbas (2016), que ao investigarem o Atendimento Educacional Especializado em duas escolas de uma rede municipal não encontraram salas de recursos multifuncionais para a realização dos atendimentos.

500

Outro problema que podemos evidenciar são as lacunas referentes à formação do professor para incluir estudantes com deficiência nas atividades escolares. Este é reforçado por Fiorini e Manzini (2014) ao ressaltarem as dificuldades apresentadas pelos professores para incluir estudantes com deficiência, sendo necessária formação direcionada a inclusão escolar.

A educação de estudantes com deficiência requer do professor um olhar sensível, compreensivo e adaptador acerca das atividades e convívio social. De acordo com Bedaque (2014, p.161), “a professora da sala regular não entende a inclusão escolar, e sua dificuldade de acolher o aluno é evidente, marca a descrença e reflexo de uma cultura de que a escola não é para ele”. Nesse contexto, percebe-se a necessidade de que seja desenvolvido, nos professores, as habilidades que possam proporcionar aos estudantes com deficiência uma educação de qualidade.

Neste sentido, os professores, na realidade escolar brasileira de salas lotadas, muitas

vezes, não têm condições ou oportunidades de ter esse olhar sensível a respeito dos estudantes com deficiência. É nesse processo que se encaixa o AEE, possibilitando essa atenção específica, atendendo às necessidades desses estudantes. Nesse contexto, buscaremos responder a seguinte questão de pesquisa: como se dá as contribuições do Atendimento Educacional Especializado para o desenvolvimento de habilidades e competências dos estudantes com deficiência?

Quanto à metodologia, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória, e de procedimentos de coleta bibliográfica. Para tanto, a discussão se deu através de levantamento bibliográfico acerca do AEE. Por fim, apresentaremos primeiramente o percurso histórico e legislativo da Educação Especial na perspectiva Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado, em seguida o marco metodológico da pesquisa e os resultados e discussões.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O PERCURSO HISTÓRICO E LEGISLATIVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Antes de termos a educação especial na perspectiva inclusiva, que traz o AEE para ser desenvolvido nas escolas, houve diversos caminhos percorridos na educação especial. Deste modo, Mendes (2010), destaca que o marco histórico da educação especial no Brasil tem sido estabelecido no período final do século XIX, com a criação inspirada na experiência europeia do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, sob a direção de Benjamin Constant, e o Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, sob a direção do mestre francês Edouard Huet (MAZZOTTA, 2005).

Neste contexto, para os historiadores da educação, a criação destas instituições pioneiras, pareceram atos inusitados, considerando-se o contexto da época. Deste modo, Aranha (1989) destaca que no panorama mundial, tal movimento se caracterizou pela implantação de escolas que tentavam superar o tradicionalismo, a rigidez e o viés intelectualista, que pouco se adequavam as transformações sociais em curso.

De acordo com Cunha (1988), o movimento escola novista na educação especial de nosso país influenciou em várias exclusões, destacando que as consequências da igualdade de oportunidades tão pregadas, passaram a significar a obrigatoriedade e gratuidade do ensino, ao mesmo tempo em que a segregação daqueles que não atendiam as exigências escolares, passou a ser justificada pela adequação da educação que lhes seria oferecida.

Mendes (2010), ao realizar uma pesquisa sobre o período Pré-republicano, Primeira República, Estado Novo, Segunda República, Ditadura Militar, Abertura Política e Reformas Neoliberais do Estado dos anos noventa, destacou que o início da educação especial no Brasil surgiu através de iniciativas isoladas e precursoras, a partir do século XIX, mas que foi apenas na década de setenta que se constatou uma resposta mais abrangente da sociedade brasileira a esta questão. Mendes (2010) ressaltou em sua pesquisa que os resultados dos últimos 30 anos de política de integração escolar foi provocar uma expansão das classes especiais, favorecendo o processo de exclusão na escola comum pública. As ações predominantes, atualmente, são salas de recursos em escolas públicas, que substituíram as antigas classes especiais, escolas especiais privadas e filantrópicas e um grande contingente de alunos inseridos em classes comuns sem receber nenhum tipo de suporte à escolarização.

Neste sentido, é importante destacar que no Brasil, é garantido o direito a educação da pessoa com deficiência, de acordo com o estipulado na Lei 7.853/89, que dispõe sobre o apoio a essas pessoas, sua integração social, a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Ainda de acordo com a Lei nº 7.853/89, “todos aqueles que recusarem, suspenderem, procrastinarem, cancelarem ou fazer cessar, sem justa causa, a matrícula de um aluno em uma instituição pela condição da deficiência, deverá ser punido com a reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa” (BRASIL, 1989, p. 2).

502

Importante destacar que a referida lei, no momento em que estabeleceu punição para aqueles que discriminarem o estudante apenas por sua condição de deficiência, proporcionou uma maior segurança em relação à continuidade do ensino, ao garantir punição àqueles que não respeitarem o fato de que a deficiência não é um impeditivo para ter pleno acesso à educação. A Constituição Federal (1988), em seu artigo 205, considera a educação um direito de todos e um dever do Estado e da família, tendo como principais objetivos, o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Já no artigo 206 do referido documento, é garantida a igualdade de condições para o acesso e a permanência de todas as pessoas na escola. (BRASIL, 1988).

É importante destacar também o artigo 208, que afirma: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Deste modo, a Constituição Federal já vem mencionando o atendimento educacional especializado às

peças com deficiência inclusas nas salas comuns. Neste contexto, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, promulgado em 13 de julho de 1990, reafirma o direito de todos à educação e aponta, em seu artigo 55, a obrigatoriedade dos pais e/ou responsáveis de matricularem seus filhos na rede regular de ensino (BRASIL, 1990).

Em 20 de dezembro de 1996 através da Lei nº 9.394/96, foi estabelecida a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A partir desta modificação legislativa foi possível incluir diversos tipos de educação, inclusive o desenvolvimento familiar, como sendo integrante da educação, como pode ser observado em seu art. 1º: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996, p.1).

Nesta perspectiva, a referida lei cria um capítulo próprio (Capítulo V) para discutir a educação especial. O fato da LDB reservar um capítulo exclusivo para a educação especial é relevante para uma área tão pouco contemplada, historicamente, no conjunto das políticas públicas brasileiras. Deste modo, para fins conceituais, define, em seu artigo 58,

A educação especial, como a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. § 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida [...] (BRASIL, 1996, p. 26).

A LDB apresenta a educação especial como modalidade de ensino ofertada na rede regular para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, com início na educação infantil e estendendo-se ao longo da vida dessas pessoas. Neste contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) apresenta no artigo 59 que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns [...] (BRASIL, 1996, p.27).

A LDB se preocupou em listar o que deveria ser assegurado ao aluno com deficiência, destacando que para a garantia do seu desenvolvimento seria necessário currículo, métodos, técnicas e recursos que atendam suas necessidades, bem como professores formados para atender esses estudantes e inclui-los nas salas regulares. Nesta direção, foi criada a Lei nº 10.098, em 19 de dezembro de 2000, conhecida como Lei da Acessibilidade, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

A Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), assegura o direito ao AEE pela Resolução nº 04/2009 CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação/Conselho de Educação Básica) e pela Constituição de 1988. Nesta direção, Correia e Baptista (2018, p. 728) afirmam que a atual política prevê:

[...] quatro principais programas para prover os apoios técnicos necessários aos estados e municípios: Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade no âmbito da formação dos profissionais da educação; Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais com o objetivo de prover espaço adequado e recursos pedagógicos para a realização do atendimento educacional especializado; Programa Escola Acessível visando tornar o ambiente escolar adequado à interação em igualdade de condições para todos os alunos; e Programa Transporte Escolar Acessível que viabilizou a aquisição de veículos acessíveis de modo a possibilitar sua utilização por parte de todos os estudantes.

Assim, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva apoia os estados e municípios com o programa educação inclusiva, que se refere a formação dos profissionais da educação, o programa para implantação das salas de recursos multifuncionais, escola acessível, a fim de melhorar o espaço escolar para as interações e o programa do transporte escolar acessível, com a finalidade de adquirir veículos acessíveis.

Para Correia e Baptista (2018, p. 729), a atual política educacional possui, como parte desse processo, o investimento “na qualificação dos profissionais da educação, valorizando o trabalho pedagógico e as trocas que permitam interação de conhecimentos da ação docente, em sentido amplo, com o trabalho dos professores especializados em educação especial”.

Nesse sentido, este documento: elenca o marco histórico e normativo da educação especial; traça, a partir do Censo Escolar de 2006, um diagnóstico da educação especial (que aponta um significativo aumento de matrículas de alunos com deficiência no ensino regular); define como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência nas escolas regulares; afirma a intenção, na perspectiva da inclusão escolar, da educação especial integrar a proposta pedagógica da escola regular; e, por fim, traça diretrizes

em favor de uma educação inclusiva: a garantia do direito de todos à educação, o acesso e as condições de permanência e continuidade dos estudos no ensino regular (BRASIL, 2008).

A justificativa da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva centra-se na necessidade de transformar as concepções de ensino e aprendizagem, não se definindo, apenas, como proposta para a educação das pessoas com deficiência. Mais que isso, pensa a prática educativa e a organização escolar, visando respeitar a identidade e as diferenças dos educandos (BRASIL, 2008).

Nesse contexto, em 25 de junho de 2014 foi aprovado e publicado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar de sua publicação, fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino, sendo devidamente coordenado pela União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Dentre as metas, é importante destacar a meta 4:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014, p.7).

A meta 4 busca garantir um sistema educacional inclusivo para os estudantes público-alvo da Educação Especial Inclusiva, destacando o Atendimento Educacional Especializado realizado preferencialmente na rede regular de ensino.

Outro avanço legislativo em relação a inclusão ocorreu em 06 de julho de 2015, quando foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13146/15, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para a pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. De acordo com o Art. 2º, considera-se pessoa com deficiência aquela que “tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, p.1).

Nesta perspectiva, a referida lei buscou definir o que seria uma pessoa com deficiência, destacando que não é apenas uma condição médica, mas também é uma desvantagem social sofrida pelas pessoas em decorrência das barreiras. Deste modo, o conceito de pessoa com deficiência engloba a concepção biopsicossocial.

Neste contexto, existem leis e diretrizes brasileiras que amparam as pessoas com deficiência, mas o que está escrito no papel nem sempre é aplicado nas escolas, no cotidiano, na sociedade e, por isso, a emergência de estudos e debates sobre a necessidade de serem sanadas as situações de discriminação, injustiça, exclusão e ausência de dignidade.

A Educação Especial na perspectiva Inclusiva funciona da seguinte maneira: os estudantes com deficiência são incluídos em sala de aula com os demais alunos, em um horário contrário a sala de aula regular, são atendidos na sala de recursos multifuncionais, onde acontece o AEE. Neste, são disponibilizados diversos recursos para a fomentação de uma educação específica para os estudantes com deficiência. Para tanto, são disponibilizados ou construídos jogos que estimulam raciocínio lógico e espacial, a coordenação motora, assuntos matemáticos e de Língua Portuguesa, que auxiliam o aluno a diversificar seus conhecimentos e aprender.

As redes sociais e a tecnologia são utilizadas por muitas pessoas, sendo mais uma forma de aprendizado e interação que possibilita incluir o aluno com deficiência em ambientes diversificados. É importante “ a apresentação de algo novo, como o computador, sempre ensinando o quanto essa tecnologia é útil para o aprendizado” (NUNES; NEGÓCIO, 2015, p.50).

Nesse contexto, outra ferramenta relevante na educação de pessoas com deficiência visual é o Sistema Braille de leitura e escrita, que auxilia no aprendizado, podendo ser utilizado na sala de recursos multifuncionais e também na regular. Para tanto, este é considerado como:

Um sistema de escrita e leitura tátil para as pessoas cegas inventado pelo francês Louis Braille, ele mesmo cego aos três anos de idade devido a um acidente que causou a infecção dos dois olhos. O sistema consta do arranjo de seis pontos em relevo, dispostos na vertical em duas colunas de três pontos cada, no que se convencionou chamar de "cela braille". A diferente disposição desses seis pontos permite a formação de 63 combinações ou símbolos para escrever textos em geral, anotações científicas, partituras musicais, além de escrita estenográfica (BRASIL, 2022, p.5).

Assim, o Sistema Braille de leitura e escrita é tátil, criado por Louis Braille, para pessoas com deficiência visual, contendo pontos de 1 a 6, organizados em uma cela, totalizando 63 combinações. Para a escrita em braille podemos utilizar uma reglete, punção, além de aplicativos, a exemplo do braille fácil.

Neste sentido, Barbosa, Silva e Souza (2019), destacam a importância do acesso à leitura e escrita para pessoas com deficiência visual, afirmando que, além desta disponibilidade, é necessário investimento na formação do professor, tendo em vista que o

mesmo “deve atentar às peculiaridades do sistema braille para que o ensino-aprendizagem seja satisfatório” (BARBOSA; SILVA; SOUZA, 2019, p.1). Deste modo, o aprendizado do Sistema Braille tem a função de incluir a pessoa com deficiência visual no mundo da leitura e escrita, ampliando o repertório conceitual e tornando-a mais autônoma.

Por fim, além da disponibilidade de diversos recursos digitais, livros, brinquedos nas salas de recursos multifuncionais, onde é realizado o atendimento educacional especializado, é importante que o professor seja formado para o atendimento de crianças com deficiência, para que, assim, nenhuma se sinta excluída ou sem acesso a uma educação de qualidade.

3 MARCO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa, quanto à natureza se apresenta como exploratória, e no que tange aos procedimentos de coleta é bibliográfica. De acordo com Stake (2011, p.66) “a pesquisa qualitativa se baseia muito nas percepções interpretativas feitas durante todo o planejamento, a coleta de dados, a análise e a elaboração do texto do estudo”. Para tanto, a pesquisa qualitativa possibilita o aprofundamento e o detalhamento dos dados acerca do objeto de estudo.

Segundo Severino (2018, p. 123), a pesquisa de natureza exploratória “busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”. Para tanto, a mesma levanta informações sobre o objeto de estudo para sua compreensão.

De acordo com Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica busca o levantamento e análise crítica dos documentos publicados sobre o tema a ser pesquisado, com o intuito de atualizar, desenvolver o conhecimento e contribuir para a realização da pesquisa. Para tanto, foram analisados dissertações, teses e artigos que tinham como objeto de investigação, a Educação Especial na perspectiva Inclusiva, que apresenta o AEE, buscando fornecer embasamento teórico ao presente trabalho.

Nesta direção, realizamos pesquisas na Biblioteca Digital Brasileira de teses e dissertações (BDTD) e encontramos 265 trabalhos. Destes escolhemos 10, entre teses e dissertações, por estarem mais direcionados ao Atendimento Educacional Especializado e as suas contribuições para a construção de habilidades e competências dos estudantes com deficiência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção apresentamos os resultados e discussões advindos da pesquisa bibliográfica, em que foram analisados trabalhos acerca da Educação Especial na perspectiva Inclusiva, mais especificamente o Atendimento Educacional Especializado e suas contribuições para a construção de habilidades e competências dos estudantes com deficiência. A seguir as pesquisas analisadas se encontram no quadro 1.

Quadro 1 – Pesquisas sobre o Atendimento Educacional Especializado

Trabalho	Ano	Título	Autor
Tese	2017	Qualidade do atendimento educacional especializado: a instituição, o estudante e sua família	Fernanda Pereira Santos
Dissertação	2019	Matrículas de estudantes com deficiência na EJA e a oferta do atendimento educacional especializado em municípios paulistas	Flávia Maria dos Santos
Dissertação	2019	O sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado	Adriana Marques dos Santos Laia Franco
Dissertação	2021	Caracterização do atendimento educacional especializado para o aluno com deficiência intelectual nas salas de recursos multifuncionais	Luciene Barbosa Vitor Lima
Dissertação	2021	O papel inclusivo do atendimento educacional especializado para os estudantes com deficiência na sala de recursos no município de Rondonópolis - MT	Juliane Rogonni Ferrari Bernacki
Dissertação	2022	Tecnologia assistiva e o atendimento educacional especializado na perspectiva da pessoa com deficiência	Bruno José de Sousa
Dissertação	2022	A inclusão escolar de estudantes com deficiência em situação de vulnerabilidade social: fatores intervenientes na atividade do professor de atendimento educacional especializado	Elifas Trindade de Paula
Dissertação	2022	Tecnologia assistiva para estudante com deficiência física: produção de um recurso para auxílio na escrita	Catia Cristina Gavronski Ramalheiro.
Dissertação	2023	Ações colaborativas entre atendimento educacional especializado e educação física: possibilidades para inclusão escolar	Rita de Cássia de Almeida Pavão
Dissertação	2023	A inclusão escolar de estudantes surdocegos na perspectiva de professores do atendimento educacional especializado	Francieli Giza

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Foi identificada na tese elaborada por Santos (2017) a importância da pesquisa acadêmica sobre a qualidade do serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Santos (2017), em sua tese, analisou a qualidade do serviço de Atendimento Educacional

Especializado (AEE), através de estudo de campo nos dois Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), localizados no Estado da Bahia. Em sua pesquisa Santos (2017) considerou como base a percepção dos estudantes público-alvo da Educação Especial, suas famílias, os coordenadores dos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e outros profissionais que atuavam com esses alunos.

Para realizar a coleta de dados do estudo, Santos (2017) realizou entrevistas com 8 (oito) estudantes com deficiência visual, a mãe de um desses alunos e 6 (seis) profissionais. Santos (2017) também realizou estudos dos documentos institucionais que são disponibilizados e observação participante dos locais pesquisados. Na pesquisa de campo e análise dos dados, Santos (2017) observou três dimensões: 1) a estrutura de recursos físicos e humanos; 2) processo de implementação e execução do AEE e; 3) os resultados nos âmbitos de permanência e desempenho dos alunos assistidos. Santos (2017) observou que tanto há pontos positivos como falhas na oferta do serviço de AEE, sendo que a ausência de profissionais qualificados é um dos principais problemas na inclusão escolar desses estudantes.

Por fim, Santos (2017) concluiu que a permanência dos alunos na instituição está associada ao tipo de acompanhamento familiar – apesar da pouca participação das famílias dentro do ambiente escolar – e à tentativa constante dos profissionais que atuam no NAPNE em possibilitar o êxito dos estudantes assistidos. Junto a isso, o fato de os IFs ofertarem educação profissional de nível médio e superior faz com que a existência de professores de AEE não seja suficiente para atender às demandas dos estudantes.

Ainda com base no quadro de pesquisas, tem-se que Santos (2019) realizou a sua pesquisa com base na educação especial na modalidade da educação de jovens e adultos, pois, para a autora, esta modalidade de ensino constitui um processo de inclusão de pessoas que foram duplamente excluídas da sociedade e, para isso, a pesquisa analisou diferentes vertentes que formam essa modalidade de ensino.

A pesquisa de Santos (2019) teve como objetivo geral a caracterização das matrículas de alunos PAEE na EJA (nível ensino fundamental) das escolas municipais paulistas e a identificação da oferta do AEE para esses alunos em dez municípios paulistas. Santos (2019) organizou a sua pesquisa em duas etapas, onde na primeira foi realizada a coleta dos dados no Inep e filtragem pelo software IBM SPSS Statistics 20, e na segunda etapa foi realizada a análise e discussão dos dados coletados, sendo esta segunda etapa dividida nas categorias: análise geral das matrículas de alunos PAEE na EJA em SP; análise das matrículas de alunos

PAEE na EJA nas escolas municipais dos 10 municípios selecionados; análise das matrículas de acordo com os tipos de deficiência; caracterização das matrículas das escolas municipais dos dez municípios do estudo e análise da oferta do AEE nesses municípios.

Com base nos dados levantados, Santos (2019) pode concluir em sua pesquisa que a variação no número de matrículas entre os quatro anos estudados (2015 a 2018). Santos (2019) ainda destaca que em relação a caracterização dos municípios selecionados para o estudo, foi identificado uma predominância de matrículas de alunos da raça branca, do sexo masculino e da faixa etária predominante (15 aos 20 e dos 21 aos 30 anos) nas matrículas analisadas. Já em relação a oferta do AEE, Santos (2019) destaca que de acordo com os dados obtidos, foi possível identificar uma discrepância entre o número de matrículas contabilizadas com o número de atendimentos fornecidos a esses alunos, de acordo com a pesquisa nos dez municípios selecionados para o estudo realizado por Santos (2019).

Ainda em relação as pesquisas já realizadas, Franco (2019) buscou, através de uma pesquisa bibliográfica, por meio de livros, leis, decretos, artigos e convenções internacionais, analisar o direito constitucional à educação inclusiva. Como conclusão de sua pesquisa, Franco (2019) verificou que o ordenamento jurídico constitucional brasileiro adotou o paradigma educacional da inclusão, que prevê a igualdade de condições para o acesso e para a permanência de todos os alunos no ensino regular. Para tanto, foi realizada a análise da legislação pertinente ao tema e, com isto, foi identificado que o sistema educacional inclusivo constitucional, no Brasil, não prevê a existência de ambientes segregados nem de salas especiais.

Franco (2019) ainda destaca, em sua pesquisa, que todos os alunos devem frequentar o ensino regular, sendo ofertado o Atendimento Educacional Especializado, de forma complementar e no turno inverso ao da escolarização, considerando as especificidades dos estudantes com deficiência, de modo a identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação desses alunos.

Lima (2021) em sua dissertação com o título “caracterização do atendimento educacional especializado para o aluno com deficiência intelectual nas salas de recursos multifuncionais” abordou sobre o atendimento educacional especializado para o aluno com deficiência intelectual nas salas de recursos multifuncionais antes e durante a pandemia de COVID-19. A dissertação de Lima (2021) teve como objetivo caracterizar e analisar o atendimento educacional especializado destinado ao aluno com deficiência intelectual nas

salas de recursos multifuncionais. Para alcançar o objetivo proposto, Lima (2021) realizou uma pesquisa exploratória descritiva, com abordagem qualitativa.

Como técnica de coleta de dados, Lima (2021) realizou entrevistas semiestruturadas e sessões de grupo focal em uma cidade de pequeno porte, no interior de Mato Grosso do Sul, tendo participado do estudo os professores das salas de recursos multifuncionais que ofertam atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência intelectual, na rede municipal de ensino. Posteriormente, Lima (2021) analisou os dados através da análise de conteúdo e, por meio dos resultados, Lima (2021) descreveu as práticas pedagógicas desenvolvidas nas salas de recursos multifuncionais, a organização do serviço, as relações estabelecidas entre os professores das salas de recursos multifuncionais, os professores da sala comum e os familiares, assim como os desafios enfrentados e os avanços conquistados.

Com isto, Lima (2021) conseguiu observar o impacto que a pandemia teve na rotina de atendimento aos estudantes com deficiência intelectual e as estratégias implementadas pelos professores participantes em busca da garantia de condições de aprendizagem aos alunos com deficiência intelectual. Para Lima (2021) ficou evidente o destaque que o papel do professor da sala de recursos multifuncionais está ganhando por intermédio de ações de apoio e colaboração, apontando os desdobramentos, esforços, ações pedagógicas e humanas para promover a inclusão escolar dos alunos com deficiência intelectual.

511

Já a dissertação de Bernacki (2021) buscou investigar sobre o papel inclusivo do atendimento educacional especializado para os estudantes com deficiência na sala de recursos no município de Rondonópolis – MT. A autora destaca, em sua pesquisa, que o Atendimento Educacional Especializado é uma política pública que institucionaliza dispositivos metodológicos de inclusão que têm como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, tendo em vista o ensino aprendizagem e a eliminação de barreiras institucionais que impedem a participação plena dos estudantes com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação no espaço escolar, segundo as especificidades e suas necessidades educacionais.

Com isto, a pesquisa de Bernacki (2021) tem como objetivo verificar qual o tipo de inclusão que está sendo oferecido por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas salas de recursos de Rondonópolis, MT, para os estudantes com deficiências físicas e sensoriais. Para tanto, Bernacki (2021) realizou uma pesquisa de abordagem qualitativa e análise documental, sendo a entrevista instrumento de pesquisa, realizada em uma escola da rede municipal com professoras do AEE e da sala comum, diretora,

coordenadora, pais ou responsáveis pelas crianças com deficiência que participam do atendimento educacional e estagiárias que trabalham diretamente com os estudantes.

Bernacki (2021) verificou alguns importantes fatores relacionados à inclusão, bem como considerou, em sua pesquisa, os documentos que fazem parte da constituição da escola, como o Projeto Político-Pedagógico (PPP), o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), normativas e outros que foram considerados importantes para compreender o processo de inclusão, com o intuito de elucidar os elementos utilizados na pesquisa e, assim, ser possível verificar a aplicabilidade e execução das políticas públicas vigentes atualmente no país. Bernacki (2021) ainda utilizou em sua pesquisa aportes teóricos de autores da teoria crítica da sociedade, como Theodor Adorno, Max Horkheimer, Crochík e outros, que se empenham em elucidar as discussões sobre educa para tolerância e convivência, com inclusão de fato.

Para problematizar a realidade descrita sobre o Atendimento Educacional Especializado, Bernacki (2021) realizou um questionamento central: qual é o tipo de inclusão promovido pelo serviço do AEE no município de Rondonópolis- MT e desenvolvido nas salas de recursos multifuncionais de forma a promover a inclusão nos espaços escolares e sociais? Assim, conforme os resultados obtidos na pesquisa, Bernacki (2021) pôde concluir

512

que a escola inclusiva, para que aconteça, necessita de reformulação dos currículos, das avaliações, da formação dos professores e de políticas educacionais democráticas, de modo que se produza uma transformação na escola tradicional tornando-a efetivamente inclusiva. Sousa (2022) pesquisou sobre uma vertente legalista, ao investigar sobre os fundamentos legais acerca da Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado (AEE), Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e Tecnologia Assistiva (TA) em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, e o programa de Implantação de SRMs. Com base nestes fundamentos, Santos (2022) delineou a sua pesquisa e formou um arcabouço teórico e legislativo no que tange a área para respaldar os direitos dos alunos com deficiência, público alvo da Educação Especial.

Santos (2022), frisa que os avanços legais, com aprovação de legislações e implementação de novas políticas, repercutiram positivamente para o acesso e um aumento significativo desses estudantes matriculados nas escolas públicas regulares. Santos (2022) ainda indica que a literatura aponta para uma educação inclusiva e ressalta a importância dos serviços e recursos utilizados nas escolas, visando a inclusão plena e irrestrita com

processos formativos adequados aos docentes, com vistas a aprimorar práticas pedagógicas mais inclusivas. Nesse contexto, Santos (2022), em sua pesquisa, buscou analisar as narrativas de pessoas com deficiência, quando estudantes da educação básica, sobre suas perspectivas e o uso de recursos e serviços de Tecnologia Assistiva no Atendimento Educacional Especializado, de modo a sinalizar possíveis impactos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008c) nos processos educacionais dessas pessoas.

Com abordagem qualitativa, Santos (2022) em sua pesquisa considerou como corpus, narrativas de pessoas com deficiência, que na educação básica frequentaram escolas regulares e públicas. Para compor a pesquisa foi utilizado como instrumento de coleta de dados uma entrevista semiestruturada aplicada com 05 (cinco) participantes. As análises realizadas por Santos (2022), por meio dos procedimentos da análise textual discursiva e após realizadas as entrevistas, informa que foi possível compreender os processos formativos dos participantes, a compreensão dos mesmos acerca da deficiência, as barreiras encontradas nesse percurso, a incipiente oferta de atendimento na escola como o Atendimento Educacional Especializado e a necessidade de formação para a pessoa com deficiência, como forma de apropriação de conhecimento que permita o empoderamento, para terem ciência de seus direitos e possam exigí-los. Os resultados da pesquisa realizada por Santos (2022) corroboram com os dados já descritos em outras pesquisas, com relação à necessidade de processos formativos que promovam a Tecnologia Assistiva, porém esse estudo aponta a necessidade de formação para a pessoa com deficiência, usuário final de Tecnologia Assistiva.

Trindade de Paula (2022) buscou, através da investigação sobre “a inclusão escolar de estudantes com deficiência em situação de vulnerabilidade social: fatores intervenientes na atividade do professor de atendimento educacional especializado” compreender os fatores que interferem no trabalho das professoras e dos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado, em territórios de vulnerabilidade social. Para caracterizar a situação de vulnerabilidade social, Trindade de Paula (2022) buscou fundamentar a sua pesquisa com base no referencial teórico marxista, em especial os conceitos de classe social e crise, dialogando com algumas obras clássicas de Marx e Engels, além de obras contemporâneas de marxistas brasileiros e estrangeiros.

Usando esse referencial, Trindade de Paula (2022) evidenciou que a vulnerabilidade social é uma contradição da sociedade capitalista, que, apesar da imensa capacidade

produtiva, é incapaz de oferecer condições dignas de vida para a maioria da população. Para atingir o objetivo principal, Trindade de Paula (2022) optou por dar voz aos profissionais que atuam na função de Professor/a de Atendimento Educacional Especializado, utilizando como instrumento um questionário para entrevista semiestruturada. Para conhecer melhor as condições de trabalho, Trindade de Paula (2022) realizou entrevistas in loco, anotando as observações em um diário de bordo, o que nos permitiu observar as condições materiais e humanas dos espaços em que acontecem o atendimento.

De posse dos dados, Trindade de Paula (2022) organizou por categorias de análise com base em Bardin, considerando os principais fatores que interferem no trabalho dos especialistas que atendem os estudantes público-alvo da educação especial e realizamos análise qualitativa. Trindade de Paula (2022) destaca em sua pesquisa, em primeiro lugar, as condições de trabalho, a situação das famílias e vulnerabilidade; e, em segundo, as políticas públicas, considerando os equipamentos disponíveis, a articulação da escola com estes equipamentos e a avaliação que os professores e professoras fazem sobre as políticas públicas de inclusão escolar dos estudantes público-alvo da educação especial.

Os resultados da pesquisa realizada por Trindade de Paula (2022) mostram que, apesar de equipamentos e mobiliários disponíveis nas Salas de Recursos Multifuncionais, as condições estruturais e a situação de vulnerabilidade interferem negativamente no trabalho das professoras; os equipamentos públicos de saúde são insuficientes para o atendimento da demanda, e há poucas informações e articulação com equipamentos de lazer, esporte e cultura. Quanto à avaliação das políticas públicas, os dados revelam que em muitas situações a escola, muitas vezes realiza um trabalho isolado no processo de inclusão.

Nas considerações finais Trindade de Paula (2022) destaca que o estudo atingiu seu objetivo, evidenciando que a inclusão educacional dos estudantes público-alvo da educação especial em territórios de vulnerabilidade social está muito distante do prescrito no conjunto legal e normativo e que, muitas vezes, ficam circunscrito aos serviços de educação e saúde, sendo necessário criar demandas para os serviços de esporte, cultura e lazer, provocando o poder público para a oferta destes serviços, que são fundamentais para a inclusão educacional. A fim contribuir com a maximização de uso dos recursos disponíveis no território e atender aos requisitos do Mestrado Profissional, Trindade de Paula (2022) organizou um Guia Regional de Políticas Públicas, como forma de contribuir com a intervenção na realidade local.

No mesmo sentido, Ramalheiro (2022) investigou, para elaborar a sua dissertação, sobre a “tecnologia assistiva para estudante com deficiência física: produção de um recurso para auxílio na escrita”. Esta pesquisa teve como objetivo produzir e avaliar a aplicabilidade de um recurso de Tecnologia Assistiva na interface do Atendimento Educacional Especializado e sala de aula regular junto a uma estudante com deficiência física. A pesquisa realizada por Ramalheiro (2022) é de cunho qualitativo e consubstanciada pelo método da pesquisa participante, a qual é definida como atividade integrada que combina investigação social, trabalho educacional e ação.

Os procedimentos utilizados por Ramalheiro (2022) em sua pesquisa foram organizados em seis etapas: encaminhamentos éticos, observação, planejamento, produção do recurso, intervenção com observação participante e avaliação. Como dados utilizamos a aplicação de instrumentos de avaliação a partir do modelo conceitual Matching Person and Technology, produção de imagens e vídeos e todo conteúdo registrado em diário de campo. A pesquisa de Ramalheiro (2022) foi realizada em uma escola municipal de Ensino Fundamental pertencente à Diretoria Regional de Educação de Campo Limpo em parceria com a Sala de Recurso Multifuncional.

E, como resultado, Ramalheiro (2022) conseguiu identificar que é possível construir recursos de tecnologia assistiva em parceria com o profissional Laboratório de Informática Educativa, no entanto, é preciso tempo e um trabalho articulado envolvendo vários profissionais, não só da educação, mas da área da saúde também.

Pavão (2023), analisou as “ações colaborativas entre atendimento educacional especializado e educação física: possibilidades para inclusão escolar”. Esta pesquisa, de acordo com a autora, surgiu pelo fato de que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço de apoio desenvolvido por um profissional especializado que, em parceria com professores do ensino regular, verifica as barreiras para a aprendizagem, estabelecendo ambientes e formas de trabalho adequadas que efetivem o aprendizado dos estudantes pertencentes ao Público-Alvo da Educação Especial (PAEE).

Pavão (2023) destaca que a Educação Física Escolar (EFE) tem como proposta a participação efetiva de todos os alunos nas aulas, inclusive estudantes com deficiência, oferecendo igualdade de oportunidades. Todavia, para Pavão (2023) é necessário que seja questionado de que forma tem sido estabelecida (ou não) a relação entre EFE e AEE. Partindo deste pressuposto, Pavão (2023) realizou a pesquisa com o objetivo geral analisar a interface entre os professores do AEE e Educação Física (EF) no contexto da aprendizagem

de estudantes com deficiência e propor momentos de interação e articulação que possibilitem uma parceria colaborativa, em duas escolas públicas do Estado de São Paulo, provenientes da rede municipal e estadual em municípios do interior paulista. Sob perspectiva qualitativa, foi Pavão (2023) utilizou como método a pesquisa colaborativa.

Além da pesquisadora Pavão (2023), participaram da pesquisa dois professores do AEE, dois professores de EF e três estudantes com deficiência. Os procedimentos de coleta de dados foram organizados por Pavão (2023) a partir de três etapas: identificação das dificuldades enfrentadas pelos professores de EF para a participação do estudante com deficiência no contexto das aulas; desenvolvimento das ações colaborativas e; avaliação. Como instrumento de coleta de dados, Pavão (2023) empregou a fonte documental em associação às técnicas de entrevista semiestruturada e; observação das práticas dos professores de EF. Para avaliar os impactos dessa parceria entre quem pesquisa, quem apoia e quem leciona EF, foi empregada por Pavão (2023) a análise temática.

Os resultados permitiram que Pavão (2023) pudesse concluir que, apesar das dificuldades enfrentadas no cotidiano, ações em parceria podem auxiliar a modificar e transformar a prática e a realidade dos professores de EF e estudantes com deficiência, visto que foi possível identificar melhoria da participação e aprendizagem dos alunos envolvidos no estudo. Pavão (2023) também constatou que a interação entre professor de EF e professor do AEE se constitui como uma possibilidade de suporte, que auxilia na superação das dificuldades, inseguranças e angústias relacionadas à inclusão escolar.

Por fim, Giza (2023) abordou sobre o tema “A inclusão escolar de estudantes surdocegos na perspectiva de professores do atendimento educacional especializado” que tinha como público-alvo os estudantes surdocegos que são atendidos nas Salas de Recursos Multifuncionais – Surdez e Visual. Nesse contexto, Giza (2023) buscou, em sua pesquisa, avaliar se o professor bilíngue identifica as demandas na área de surdocegueira, sendo que os alunos surdocegos também podem receber um acompanhamento por meio do AEE. Diante disso, Giza (2023), em sua pesquisa, analisou as principais formas de comunicação e interação da pessoa surdocega e como se desenvolve o processo de ensino e de aprendizagem na perspectiva de professores do AEE.

A pesquisa realizada por Giza (2023) é de natureza qualitativa, descritiva e exploratória e tem como referencial teórico a abordagem Histórico-Cultural, a partir da compreensão de que a pessoa com deficiência aprende e se desenvolve a depender da qualidade de mediação que recebe, logo, a pessoa surdocega precisa de recursos diferenciados

para essa aprendizagem. O trabalho de campo foi realizado por meio de entrevistas com quatro professores bilíngues que atuam com alunos surdocegos no AEE das instituições de ensino em diferentes municípios vinculados ao Núcleo Regional de Educação (NRE), sendo eles: Cascavel, Francisco Beltrão e Toledo, todos do estado do Paraná.

Após as discussões e análises empreendidas, Giza (2023) concluiu que a temática da surdocegueira precisa ser mais dialogada, tornando-se o foco de mais pesquisas, haja vista que muitos estudantes surdocegos não recebem o ensino adequado por não serem reconhecidos adequadamente. Além disso, Giza (2023) destaca que é fundamental continuar investindo na formação inicial e continuada dos profissionais que atuam com esses sujeitos, garantindo-lhes o acesso a uma educação inclusiva e de qualidade. Portanto, identifica-se que as pesquisas já realizadas sobre a temática buscam investigar sobre o Atendimento Educacional Especializado, buscam avaliar a capacitação do profissional em sala de aula, bem como a integração da família com o âmbito escolar.

Ao avaliar as pesquisas já realizadas, foi possível identificar que ainda é grande o desafio enfrentado para que a educação seja especializada e atenda a necessidade e a demanda do aluno que necessita deste tipo de aprendizado, apesar da evolução que foi identificada ao longo dos anos das pesquisas já realizadas sobre o tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as contribuições do Atendimento Educacional Especializado para o desenvolvimento de habilidades e competências dos estudantes com deficiência. Para responder ao referido objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica buscando, na literatura e nos documentos oficiais, subsídios para desenvolver esta pesquisa. A discussão se deu através de levantamento bibliográfico, no que tange a educação especial na perspectiva inclusiva e a importância do AEE em dissertações e teses presentes na BDTD.

Neste viés, em um primeiro passo foi abordado os principais aspectos da Educação Especial e Inclusiva e do AEE, posteriormente, foram apresentados os principais documentos e legislações que regulamentam a educação especial inclusiva, o AEE e a formação do professor, que precisa obrigatoriamente ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada para poder atuar no AEE.

Nesta direção, é essencial que as SRM tenham professores e profissionais formados e aptos para trabalhar com os estudantes, ampliando habilidades funcionais, promovendo autonomia, atividades, estratégias de ensino, metodologias, que possibilitem as aprendizagens e a participação dos estudantes com deficiência. Assim, com base na presente pesquisa, foi possível evidenciar que os atendimentos e recursos ofertados pela educação especial se configuram como promotores da inclusão escolar, os serviços e suportes especializados devem permear o ensino regular, como forma de melhorar o desenvolvimento das habilidades e competências dos estudantes com deficiência.

Por fim, com base nos autores dos textos analisados, é relevante ressaltar a necessidade da construção de um sistema educacional inclusivo, que gere mudanças estruturais, atitudinais e políticas, para que a inclusão em nossas escolas possa ser fortalecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINSCOW, M; FERREIRA, W. Compreendendo a educação inclusiva: algumas reflexões sobre experiências internacionais. In. Rodrigues, D. (Org.). **Perspectivas sobre inclusão: da educação à sociedade**. Porto: Porto Editora, 2003. p. 103-116.

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

BARBOSA, L. M. M; SILVA, A. L; SOUZA, M. A. O Sistema Braille e a formação do professor: o acesso à leitura e a escrita por pessoas cegas. **Revista NEAD – UNESP**, São Paulo, V.5, n.1, p.49-71, 2019.

BEDAQUE, S. A. P. **Por uma Prática Colaborativa no AEE: Atendimento Educacional Especializado**. Curitiba: Appris, 2014.

BERNACKI, Juliane Rogonni Ferrari. O papel inclusivo do atendimento educacional especializado para os estudantes com deficiência na sala de recursos no município de Rondonópolis – MT. 2021. 171 f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rondonópolis, 2021. Disponível em <https://ri.ufmt.br/handle/1/3646>.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ.**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 01 nov.2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 : Linha de Base**. – Brasília, DF : Inep, 2014.

BRASIL, **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03leis/19394.htm Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10098.htm. Acesso em: 30 out.2023.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 30 out.2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

CORREIA, G.B; BAPTISTA, C.R. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva de 2008: quais origens e quais trajetórias? **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp. 2, p. 716-731, dez., 2018.

CUNHA, B. B. B. **Classes de Educação Especial para Deficientes Mentais: Intenção e Realidade**. 1988, Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

DE PAULA, Elifas Trindade. A inclusão escolar de estudantes com deficiência em situação de vulnerabilidade social: fatores intervenientes na atividade do professor de atendimento educacional especializado. **Dissertação de mestrado** - Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022. Disponível Em <https://repositorio.unesp.br/items/1621942c-b394-438a-8ff7-cefo8aa7dob7>.

519

FIORINI, M. L. S; MANZINI, E. J. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 3, p. 387- 404, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FRANCO, Adriana Marques dos Santos Laia. O sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado. 2019. 98 f. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

GIZA, Francieli. A Inclusão Escolar De Estudantes Surdocegos Na Perspectiva De Professores Do Atendimento Educacional Especializado. **Dissertação (mestrado)** - Universidade Estadual do Oeste do Paraná Foz do Iguaçu, 2023. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIOESTE-1_eb3a06357d440d4619f2dddaf54cabad.

LIMA, Luciene Barbosa Vitor. Caracterização do atendimento educacional especializado para o aluno com deficiência intelectual nas salas de recursos multifuncionais. 2021. 81 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021.

MANTOAN, M. T. E. Educação inclusiva: orientações pedagógicas. In: FÁVERO, E. A. G; PANTOJA, L; MANTOAN, M. T. E. (Org.). **Atendimento educacional especializado: Aspectos legais e orientações pedagógicas**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, v. 22, n. 57, 2010.

NUNES, A. P. P; NEGÓCIO, P. A. F. A importância e o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e do Auxiliar na educação de crianças com deficiência. In: II Seminário Potiguar: Educação, diversidade e acessibilidade. 2015, Mossoró, **Anais eletrônicos**, Mossoró: UERN, 2015.

PAVÃO, Rita de Cássia de Almeida. Ações colaborativas entre atendimento educacional especializado e educação física: possibilidades para inclusão escolar. 2023. **Dissertação (Mestrado em Educação Especial)** – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/17715>.

RAMALHEIRO, Catia Cristina Gavronski. Tecnologia assistiva para estudante com deficiência física: produção de um recurso para auxílio na escrita. **Dissertação (mestrado)** - Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/ae67982e-0b16-4717-b56d-f755d54b9cd8>.

520

SANTANA, A. M. N.; TEIXEIRA, V. R. L. A Importância de Atendimento Educacional Especializado na Educação Especial em Escolas Públicas. **Revista de Psicologia**, v. 16, n, 63, 2022.

SANTOS, M. Z. Q; FARIAS, R; CARAÚBAS, L.M.A.S. **O Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais em duas salas da Rede Municipal do Recife na Percepção das Professoras do AEE**. 2016, 23 p. Trabalho de Conclusão de Curso - (Especialização em Psicopedagogia Clínica e Escolar), Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, 2016.

SANTOS, Flávia Maria dos. Matrículas de estudantes com deficiência na EJA e a oferta do atendimento educacional especializado em municípios paulistas. 2019. **Dissertação (Mestrado em Educação Especial)** – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14338>.

SANTOS, Fernanda Pereira. Qualidade do atendimento educacional especializado: a instituição, o estudante e sua família. 2017. **Tese de Doutorado** - Universidade Católica de Salvador, Bahia, 2017. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/396>.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SOUSA, Bruno José de. Tecnologia assistiva e o atendimento educacional especializado na perspectiva da pessoa com deficiência. **Dissertação (mestrado)** - Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Araranguá, Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação, Araranguá, 2022. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/236874>.

STAKE, R. **Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.